



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE
ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE.**

----- No vinte e cinco de abril de dois mil e quinze, teve lugar no Centro Paroquial de Povolide, a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, Comemorativa do XLI Aniversário do 25 de Abril, a qual foi presidida pelo Senhor José Manuel Henriques Mota de Faria, Presidente da Assembleia Municipal e secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como Primeiro Secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária. -----

A Sessão teve início às dez horas e trinta e três minutos, tendo-se verificado a falta do Senhor Deputado Adérito Pais Cardoso (justificada) -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Bom dia a todos. Cumprimentava todos os presentes, um cumprimento especial aos nossos Capitães de Abril aqui presentes, o Senhor Tenente Coronel Amândio Augusto e também o Senhor Coronel Arnaldo Costeira, cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Membros da Assembleia Municipal, ao Senhor Vice Presidente, as Senhoras Vereadores e os Senhores Vereadores, cumprimentava também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide bem como todos os Membros dos Órgãos da Freguesia, cumprimentava o Senhor Comandante do Regimento de Infantaria nº 14, O Senhor Comandante da GNR, o Senhor Comandante da PSP, cumprimentava todos os ex-Autarcas da Assembleia Municipal e ex-autarcas também da Freguesia, cumprimentava todas as Autoridades Cíveis e Militares, um cumprimento também muito especial ao Senhor Pároco e à Direção do Centro Paroquial de Povolide, Caros Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Gostaríamos em primeiro lugar de agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide toda a disponibilidade e toda a colaboração que teve para a realização desta iniciativa na sua Freguesia e que permitiu também uma comemoração do 25 de Abril de uma forma descentralizada também numa freguesia rural, também à direção do Centro Paroquial de Povolide onde estamos agradecemos toda a disponibilidade para também aqui se realizar esta sessão, também à Direção da Associação de Solidariedade e Recreativa de Povolide e também a todos os seus associados o nosso obrigado pela cedência das instalações onde irá decorrer o almoço. A todos os habitantes de Povolide o nosso bem-haja pela vossa hospitalidade. Agradecemos também ao Regimento de Infantaria nº 14 o ter deslocado para esta Freguesia uma viatura militar para exposição e para conhecimento de todos. A decisão também de convocar esta Assembleia, no fundo esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal foi também um processo conjunto, um processo consensual entre todos os Grupos Municipais assim como, aquilo que é o alinhamento das intervenções, já que não é uma Assembleia Municipal, é uma Assembleia que só tem um Ponto Único na Ordem de Trabalhos, e por isso, não permite cumprir aquilo que são todos os requisitos regimentais. Irá fazer a intervenção das boas vindas o Senhor Presidente da Junta de Povolide, a seguir intervêm os representantes dos Partidos Políticos, intervêm a seguir o Senhor Presidente da Câmara Municipal e termina o Presidente da Assembleia Municipal. Assim, dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide, para no fundo dar-nos as boas vindas.-----

----- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOLIDE JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA FERNANDES:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras

e Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, ex- Presidentes de Junta também, demais Autarcas, Entidades Cívicas, Militares e Religiosas, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores, bem-vindos à Freguesia de Povolide.-----

Celebramos aqui hoje, mais um aniversário do 25 de Abril, e os Povolidenses sentem-se honrados por acolherem aqui esta comemoração.-----

Celebrar o Dia da Liberdade, assume-se hoje com um sentido de responsabilidade e de esperança, mas também de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro.-----

Passaram-se já 41 anos. Durante este tempo, constituíram-se instituições do regime democrático, onde o poder local sobressai como a grande conquista da liberdade.-----

É o poder local que mais perto está do povo, sente as suas aspirações, escuta as suas propostas e críticas, e em conjunto encontra as soluções, aproximando os cidadãos da democracia. Por isso é crucial que todos os cidadãos, participem ativamente na discussão, e decisão dos assuntos que dizem respeito ao bem comum.-----

O poder local tem de ser apoiado, e não sobrecarregado com competências que lhe são atribuídas sem a devida compensação monetária e os respetivos meios técnicos.-----

Cada um de nós tem a responsabilidade e o dever, de contribuir para o aperfeiçoamento da democracia, melhorando-a dia após dia, dando assim continuidade ao sonho que deu corpo às motivações dos Capitães de Abril.-----

Contudo, nunca nos poderemos esquecer que a liberdade está associada à responsabilidade.-----

Devemos assumir a responsabilidade, daquilo que dizemos e daquilo que fazemos em nome da liberdade.-----

E é por quem não a respeita, nem conhece o seu verdadeiro significado, que devemos continuar a comemorar o 25 de Abril.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, A liberdade, não nasce connosco, CONQUISTA-SE!--- VIVA A LIBERDADE! VIVA O 25 DE ABRIL!--------

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Vão então iniciar-se as intervenções dos Partidos Políticos, dava a palavra ao representante da Coligação Democrática Unitária, a Deputada Filomena Pires.-----

----- DOIS – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus senhores.-----

Celebramos hoje dois acontecimentos que ficaram inscritos a letras de ouro na nossa história: 41 anos da Revolução de Abril, 40 anos da eleição para a Assembleia Constituinte.-----

Recordar Abril é antes de mais prestar a justa homenagem aos homens e às mulheres que depois de anos de repressão e perseguição, de clandestinidade e de exílio, de prisão e tortura, de julgamentos sumários, pela sua persistência e coragem, na unidade com os militares, deram oportunidade à criação de um novo modelo de sociedade, democrática e livre, feita de esperança no futuro.-----

Liberdade de imprensa, de associação, de reunião e manifestação, são realizações que não foram oferecidas ao povo português mas conquistas reconhecidas pelos militares e consagradas pelos deputados constituintes. Direitos laborais, sociais e culturais até aí proibidos e suprimidos como a liberdade sindical, o direito à greve, a não ser despedido sem justa causa, proteção na infância, na velhice, na doença, no desemprego, direito à igualdade das mulheres no trabalho, na família, na sociedade, direitos novos para os jovens, foram conquistas que a Assembleia Constituinte, ela própria expressão da conquista do direito de votar, eleger e ser eleito, consagrou. Foi também essa Assembleia que garantiu que é no povo português que reside a soberania do nosso país.-----

Celebrar Abril é também avivar o que com ele aprendemos: é possível mudar o rumo da



situação, é possível marcar a diferença alinhando muitas formigas em sentido contrário, estar alerta, ter a coragem de enfrentar o que está errado, dar o exemplo às gerações mais jovens, inverter o rumo.-----

Abril não deve encerrar-se em comemorações. Evocar Abril obriga ao compromisso e à efetivação dos princípios da constituição subsequente, exige que os municípios saibam afirmar a sua autoridade, fazendo valer a sua representação popular, respeitando os órgãos municipais e gerindo com transparência o bem público. Exige o caminho para uma sociedade, mais humana, mais responsável, mais consciente e inconformada com as injustiças. Uma sociedade onde os direitos à habitação, à saúde, à educação, à alimentação e à convivência pacífica sejam garantias e não benesses, qual ato de caridade. Uma sociedade de responsabilidade social que concretiza direitos e garantias de cidadania, sem lugar para o medo de nascer, viver e envelhecer, capaz de manter horizontes de vida livre e feliz.-----

Comemoramos Abril pelo que significou e significa no presente, mas também pelo que constitui como projeto para o futuro de Portugal!-----

Se podemos afirmar que a Revolução de Abril é um momento maior da nossa história, devemos também afirmar com toda a confiança que o melhor do caminho histórico de Abril ainda está para vir e que mais tarde ou mais cedo, a luta dos trabalhadores e do povo, a luta dos democratas, a luta de todos os que sabem que a história está longe de ter chegado ao fim, concretizará finalmente o que ficou inacabado.-----

As Eleições Legislativas que se aproximam são certamente uma oportunidade para prosseguir uma política que retome os valores de Abril, uma oportunidade para o povo português fazer ouvir a sua voz.-----

Sabemos que são cada vez mais aqueles que reconhecem na CDU uma força com proposta e soluções para retirar Portugal do atoleiro a que a política de direita o conduziu, que sabem que há outra política: uma política alternativa patriótica e de esquerda capaz de defender a dignidade e independência nacionais, respeitar os direitos e elevar as condições de vida do povo português.-----

Este é cada vez mais o tempo de defender e afirmar Abril! É tempo de respeitar, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República e não de a subverter!-----

Esse é também o nosso combate. O combate pela concretização desse projeto para servir Portugal e os portugueses!-----

Para que não mais sejam verdade as palavras do poeta:-----

Era uma vez um país-----

onde o pão era contado -----

onde quem tinha a raiz-----

tinha o fruto arrecadado-----

onde quem tinha o dinheiro-----

tinha o operário algemado -----

onde suava o ceifeiro-----

que dormia com o gado-----

onde tossia o mineiro-----

em Aljustrel ajustado-----

onde morria primeiro-----

quem nascia desgraçado.-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o representante do Bloco de Esquerda a Dra. Manuela Antunes.-----

---- **TRÊS – A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas Municipais, Senhor Presidente da Junta de freguesia de Povolide, nosso

anfitrião, restantes Presidentes de Juntas de freguesia, anacronicamente todos do mesmo género, Ilustres Convidados e Convidadas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----- Não podiam ter começado melhor estas Comemorações do 25 de Abril, do que com o reconhecimento dos órgãos municipais ao papel do RIV no 25 de Abril de 1974. Homenagem justíssima não à instituição militar em abstrato, mas ao papel heroico dos militares de Abril, os então Capitães Gertrudes da Silva, Capitão Costeira aqui presente, Capitão Ramalho e Capitão Amaral que nessa histórica madrugada arriscaram a suas vidas, a sua liberdade e a segurança das suas famílias.-----

Mas este reconhecimento ficaria incompleto e historicamente injusto se não fosse extensivo aos homens e às mulheres que lutaram pela liberdade dos povos irmãos das ex-colónias, aos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde. O 25 de Abril foi o resultado, antes de mais, da vitória da luta armada dos povos africanos, que ao fim de 500 anos de tráfico negreiro, de Colonialismo, de humilhações e de massacres, decidiram passar da resistência pacífica à guerrilha, pelo direito de todos os povos à autodeterminação, luta que teve o seu ponto alto com a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau, em Madina do Boé, pelo PAIGC, em 24 de Setembro de 1973.-----

Como mulher e mãe não posso deixar de me referir ao sofrimento de tantas mães e esposas que viveram a angústia da guerra e das que viram os seus filhos, namorados e maridos chegarem sem pernas ou em caixas de madeira por terem sido obrigados a servirem de carne para canhão de um regime tirano e terrorista, como prova o uso de armas químicas, como o Napalm e a operação de extermínio biológico através de calda infectada por carbúnculo que Costa Gomes mandou neutralizar, conforme revelou ao jornalista Jorge Ribeiro.-----

Os jovens oficiais intermédios que combatiam em África, mais ou menos politizados pela passagem pelo movimento de resistência estudantil, acabam por se aperceber da necessidade urgente de derrubar o regime arcaico e cruel que oprimia, prendia, torturava e matava os portugueses e as portuguesas que ousavam resistir e lutar pela democracia e pela paz. E, assim, foram agindo em conformidade, subvertendo o exército colonial e aliando-se à luta mais ampla do povo português contra a repressão e a miséria.-----

Amílcar Cabral que dizia aos guerrilheiros do PAIGC que o inimigo era o exército colonial e não o povo português foi, juntamente com outros combatentes africanos, um dos maiores aliados da luta dos antifascistas portugueses pela liberdade.-----

A Revolução de Abril partiu do golpe militar do MFA, mas transcendeu-o, com o tsunami da libertação da energia popular que durante ano e meio derrubou o aparelho repressivo do antigo regime, atacando a sede da PIDE, destruindo os serviços de censura, obrigando à libertação dos presos políticos, mesmo os que Spínola cria manter detidos, caçou os pides na rua, criou associações de moradores, comissões de trabalhadores e comissões de soldados e marinheiros, transformando uma parte das Forças Armadas em movimento armado revolucionário. As nacionalizações fizeram ruir os sete grandes grupos financeiros e monopólios que sustentavam e viviam da ditadura.-----

Essa democracia direta e participativa, a que chamaram PREC (Processo Revolucionário em Curso), pode ter tido os seus erros e exageros, próprios de qualquer transformação revolucionária, mas ensinou-nos que o poder não tem de ficar eternamente nas mãos dos poderosos, dos corruptos e dos que enriquecem à custa da miséria de quem trabalha.-----

Esses eventuais erros ou exageros, no meio de tanta transformação positiva, no campo social, da cultura, dos costumes, da economia, erros próprios de quem aprende a caminhar pelas amplas avenidas da liberdade e da emancipação social são incomparáveis com os desmandos do atual governo contra os mais elementares direitos dos portugueses e das portuguesas, com uma austeridade imoral e violentíssima, como ainda há três ou quatro dias atrás, a Cáritas Europeia denunciava num relatório que devia envergonhar o governo

e os partidos que o apoiam, com Portugal aparecendo como o país da europa onde o risco de pobreza ou de exclusão social mais aumentou entre os 28 estados da União Europeia.---- Quase 3 milhões de portugueses e portuguesas em risco de pobreza, mais 212 mil face a 2012, o que representa 27,5%, bem perto de um terço da população. 644 mil crianças em risco de pobreza. Este PREC: e que eu passo a designar agora por Processo Reacionário de Empobrecimento em Curso, que é uma vergonha nacional.-----

A corrupção, transversal aos partidos do chamado arco da governação, é o cancro que corrói o nosso tecido económico e político. É uma vergonha nacional Portugal aparecer em estudos e relatórios internacionais, como o que saiu recentemente na edição francesa do Courrier International, como um dos poucos países europeus em que não há democracia, mas apenas uma "democracia imperfeita", de acordo com os critérios do índice de democracia do jornal The Economist.-----

Portugal ficou abaixo da média europeia no Estudo da Transparência Internacional sobre os lóbis e a forma como os interesses privados interagem com os decisores públicos, realizado por uma ONG anticorrupção.-----

Este estudo demonstrou uma situação de "promiscuidade entre decisores políticos e interesses privados com destaque para o setor financeiro", dando como exemplo preocupante o facto de mais de metade de todos os Membros do Governo desde o 25 de Abril terem passado pelo sector financeiro. Não admira, portanto que os dados do INE mais recentes tenham revelado que enquanto os portugueses mais ricos viram os seus rendimentos sofrerem cortes de 8% em média, os portugueses mais pobres sofreram cortes na ordem dos 24%, ou seja pagam a crise 3 vezes mais do que os ricos.-----

Não foi para isto que fizemos o 25 de Abril!-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

Como mulher, não posso deixar de referir as enormes conquistas que as mulheres conseguiram depois do 25 de Abril. A ditadura, com a bênção da Igreja Católica, remetia a mulher para o recato do lar, e as poucas que trabalhavam ganhavam cerca de 40% dos homens. A falta de mão-de-obra provocada pela guerra colonial levou a que mais mulheres pudessem arranjar emprego, mas, profissões como a de magistrado, diplomata, militar e polícia eram profissões que não eram autorizadas às mulheres. Ser professora, enfermeira ou hospedeira, também não era para todas, nem sequer podiam casar ou tinham de ter autorização do pai ou do marido. O marido tinha direito a abrir a correspondência da mulher e o Código Penal vejamos, até permitia matar a mulher se a apanhasse em adultério. Só a partir de 1970 é que as mulheres passaram a poder viajar para o estrangeiro sem autorização do marido ou do pai. Votar também não era para todas, era para as que conseguiam provar que eram chefes de família na altura. Portanto, muito devagar se foram conquistando coisas que deveriam ser iguais para todos e para todas desde o primeiro momento. Portanto, com o 25 de Abril as mulheres passaram a ter acesso generalizado ao serviço público de saúde, e viram reconhecidos direitos à saúde sexual e reprodutiva. Criação da rede de cuidados primários, generalização do acompanhamento médico etc., mas, não posso deixar de lançar aqui um protesto (forte mesmo) pelo facto ultrajante de em dois hospitais públicos em Portugal, um no Porto e outro no Algarve, a administração dos mesmos ter obrigado as enfermeiras a fazer uma ilegal "prova de amamentação", tendo um administrador do hospital de Santo António, que, por acaso, pertence à Comissão Política do CDS, acusado as enfermeiras de se aproveitarem de uma facilidade da lei para estar 3 ou 4 anos em horário reduzido. Obrigar as mulheres a espremer as mamas ou a usar bomba extractora para provar que amamentam, quando a lei diz que basta o atestado do médico, é um atentado à dignidade da mulher.-----

O mesmo podíamos dizer da intenção do governo de transferir as amas da Segurança Social para as IPSS, acabando com uma das poucas ofertas públicas para a primeira infância, a única aonde se podem dirigir quem não tem 50 euros que é o mínimo que as

IPSS exigem, provocando desemprego e eternizando a precariedade laboral. E depois ainda vêm falar da necessidade de aumentar a natalidade.-----

Não foi para isto que fizemos o 25 de Abril!-----

O desmantelamento dos serviços públicos iniciado pelos governos de Sócrates e de Passos Coelho e Paulo Portas, a começar pelo Serviço Nacional de Saúde com o caos nas urgências e as mortes que isso provocou, a Escola Pública universal, gratuita e de qualidade, posta em causa com a tentativa de municipalização e os erros cratos do ministro, o encerramento de tribunais, postos de correio, repartições de finanças e agora a tentativa de descapitalizar a Segurança Social, ao baixar a TSU para as empresas enquanto se reduz o número de beneficiários do RSI para menos de metade, tudo isto faz-me repetir:-----

Não foi para isto que fizemos o 25 de Abril!-----

Mais de um milhão de desempregados, e 700 mil não recebem qualquer apoio social; o desemprego jovem acima dos 36%, apesar da emigração impulsionada pelo governo; mais de 10% dos trabalhadores e trabalhadoras a viver na pobreza, devido aos salários de miséria, menos um milhão de trabalhadores (as) abrangidos pela contratação coletiva, a segunda maior dívida pública da Europa em comparação com o PIB. Com o governo PSD/CDS a dívida cresceu ao ritmo de mais de um milhão de euros por hora.-----

E porque não foi para isto, para este retrocesso social, que fizemos o 25 de Abril, só vejo uma solução: seguir o exemplo dos povos da Grécia e de Espanha que face à corrupção e incompetência dos seus governos, e à sujeição aos ditames da troika e da Alemanha, disseram basta! Basta à alternância bipartidária, optando por confiar nos partidos que não têm as mãos sujas pela corrupção, o compadrio e o favoritismo.-----

Nós também Podemos! Podemos fazer outro 25 de Abril, revisto e atualizado! Porque HOJE, “os vampiros “que cantava o Zeca Afonso, têm rosto. São os Salgados os Bavas & Companhia.-----

Portanto, O QUE FAZ FALTA...vai ser DAR PODER À MALTA!

Obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o representante do Centro Democrático Social/Partido Popular, o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **QUATRO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Saudar antes de mais o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide, Senhor José Fernandes muito obrigado por nos ter aqui recebido. Cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal e os restantes Membros da Vereação, Senhores Representantes dos Grupos Municipais, Senhores Capitães de Abril aqui presentes, Meus Senhores e Minhas Senhoras.-----

Volvidos quarenta e um anos da revolução de Abril, Portugal é, apesar de todas as vicissitudes, um pedaço de céu abençoado, localizado a ocidente da Europa.-----

A revolução do 25 de Abril de 1974 restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais, lançando o país numa nova era: a da democracia, sustentada na Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte em 2 de Abril de 1976. A Constituição garante os direitos fundamentais dos cidadãos, assegurando o respeito pelo Estado de Direito democrático, assente no princípio da soberania popular, no pluralismo de expressão e na livre organização política e na separação dos poderes. É com base nestes princípios intemporais que se defende a edificação de um país livre, justo e fraterno.-----

A conquista da liberdade demonstra que os militares que fizeram o 25 de abril perderam o medo e estavam dispostos a arriscar a própria vida, se preciso fosse, na busca incessante de um ideal onde valores como a paz, o pão a saúde e a educação pontificavam. Era preciso traçar um novo rumo, findar com uma guerra colonial fratricida e recuperar o

atraso em que o país se encontrava face a uma Europa do pós-guerra em franco crescimento económico.-----

Muitos portugueses deixaram nos idos de setenta do século passado as suas aldeias no interior de Portugal para rumarem a países, que necessitavam de mão-de-obra para alimentar o seu desenvolvimento industrial que estava em plena fase de aceleração. Eram tempos difíceis, quem emigrava mal sabia ler e escrever quanto mais falar uma língua estrangeira. Movidos pelo objetivo de proporcionar uma vida melhor à prole que por cá ficara aos cuidados dos avós e com uma vontade indomável de triunfar, ultrapassaram os obstáculos com que se iam deparando pelo caminho. A solidariedade na boca destes homens e mulheres, que integravam a diáspora, não era uma palavra vã e assim que conseguiam arranjar emprego, lembravam-se daqueles que por cá deixavam e mandavam-lhes a ajuda para o sustento. O amor e o apego à terra que os viu nascer eram características bem vincadas, levando-os a querer construir casa nas aldeias de onde eram naturais. Ganhar dinheiro para proporcionar uma vida melhor aos filhos era o objetivo, mas o rumo com que trilhavam o destino era movido pela ânsia do regresso para junto dos seus, quando conseguissem amealhar o suficiente para, um dia, prosseguirem a sua vida na terra que os viu nascer.-----

Como progredimos desse tempo até aos nossos dias, a escolaridade passou a ser obrigatória e um direito de todos, e foi recentemente alargada até ao 12º ano, sinal inequívoco de que a educação é o alicerce que sustentará a sociedade moderna. De uma escola só para alguns passou-se a uma escola de massas marcada pela heterogeneidade, onde aqueles que têm menores recursos não foram esquecidos através do papel da ação social escolar. Hoje, apesar dos recursos disponíveis nem sempre serem os suficientes, (queremos sempre mais) orgulhamo-nos de ter uma escola pública para todos.-----

Temos um país com um clima magnífico, globalmente seguro, com riquíssimo património natural e histórico e uma ótima gastronomia. Tudo isto, aliado à capacidade única de bem receber quem nos visita. Por estas razões Portugal é cada vez mais procurado por turistas dos quatro cantos do globo. Evoluímos na saúde, possuímos um Serviço Nacional de, que apesar de ter dobrado o Cabo das Tormentas nestes últimos anos de crise, conta com profissionais dedicados e competentes que vão procurando dar resposta às inúmeras solicitações de que são alvo.-----

No entanto, como não há locais perfeitos também nos confrontamos com problemas e dificuldades às quais não podemos ficar indiferentes. Urge enfrentar o problema do desemprego, em particular do desemprego jovem. É um erro crasso continuarmos a adiar a entrada dos jovens no mercado de trabalho. É necessário criar condições para que possam receber pelo seu trabalho uma remuneração condigna, que lhes permita atingir alguma estabilidade financeira. Os sucessivos estágios profissionais são panaceias que servem apenas para mascarar as estatísticas do desemprego. Urge inverter esta situação, caso contrário os jovens continuarão a sair cada vez mais tarde de casa dos pais, adiando a constituição da sua própria família e o sonho da maternidade para um futuro indefinido.--

Ao olharmos para a Constituição de 1976, vemos que lá consta a promoção do bem-estar e da qualidade de vida. Para cumprirmos este objetivo, falta-nos melhorar a qualidade de vida de umas centenas largas de crianças que vivem no limiar da pobreza, não tendo como tal o essencial para uma vida condigna, enquanto outros, fruto da condição vão desperdiçando e esbanjando aquilo que têm a mais.-----

Novos desafios se vislumbram num horizonte de esperança alimentado pelos Fundos Comunitários. Esta pode ser a derradeira oportunidade, pelo que só uma correta aplicação desses fundos poderá gerar riqueza, devendo a mesma ser distribuída de forma a gerar uma sociedade em que as desigualdades não sejam tão evidentes.-----

Deixo-vos a finalizar uma citação de Eça de Queiroz, segundo a qual Não devemos ter medo de pensar diferente dos outros, devemos antes ter medo de pensar igual e no final descobrir que todos estão errados! Muito obrigado.-----

Viva o 25 de Abril! Viva Viseu! Viva Portugal!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a representante do Partido Socialista, a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **CINCO – A SENHORA DEPUTADA ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO**

(PS): Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Viseu, Excelentíssima Senhora e Senhor Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta (com especial menção ao Presidente da Junta de Povolide que gentilmente nos recebe, nesta cerimónia comemorativa Excelentíssimos Senhores Capitães de Abril Digníssimas Entidades Militares e Civis, Combatentes e Resistentes, Caras e Caros Convidados, Senhoras e Senhores Jornalistas, Caras e Caros Cidadãos.-----

Desde pequenos somos educados por forma a não perguntar a idade a uma “senhora”. Hoje não farei qualquer menção à idade da nossa Liberdade. Já não é tão imberbe que possibilite a referência nem tão velha que já não se importe com esses tiques, orgulhosa das suas rugas e das suas vivências.-----

A nossa Liberdade é uma “mulher madura”. Já não tem os ímpetos pueris, o que lhe dá robustez do carácter, não tem as inquietações da adolescência mas padece das dúvidas próprias de quem trilha o caminho para uma estádio cada vez mais adulto e exigente.-----

Inquieta-se com as maleitas próprias do tempo, perdeu por vezes a agilidade, angustia-se com o vislumbre de um dia ficar tolhida ou cativa de uma qualquer doença como a austeridade expansionista, a perda da memória (outros há que lhe chamam flexibilidade), a dependência de terceiros, o estado vegetativo ou sujeito a cuidados paliativos.-----

Mas esta Liberdade, de que vos falo, nasceu em Abril. Nasceu da voz dos poetas, da cantiga de intervenção, da resistência e da generosidade dos militares que após o “parto” a devolveram aos civis, da esperança de um povo amordaçado há meio século por uma ditadura que agrilhoava o país à pobreza, o sujeitava a um regime cobarde, que violava os direitos e as liberdades do indivíduo. Um país em que o medo regia as ideias, as políticas e dissolvia a esperança do povo. Um sistema político sem alternativas, submisso à propaganda, à narrativa, à guerra, à perseguição, numa reiterada negação dos princípios e ideais democráticos através da “voz” da censura.-----

Desde Abril da década de oitenta do século passado que celebro o aniversário da Liberdade. Com “ela” partilho o mês de nascimento. A Liberdade teve a generosidade de impedir que eu fosse mais um número a somar a tantos outros que compunham a elevada taxa de mortalidade infantil; a Liberdade teve a generosidade de me possibilitar o acesso a um serviço nacional de saúde, com uma assistência médica eficiente, gratuita, promotora da vacinação e cuidados primários; a Liberdade teve a grandeza de não me fazer refém do género, permitindo-me aceder a uma escola pública, de qualidade, apostada na valorização do conhecimento e do capital humano, que me formou como pessoa e profissional, ciente dos seus direitos e deveres individuais, bem como, daqueles de exercício coletivo; a Liberdade teve a generosidade de me dar voz pelo voto; a Liberdade teve a generosidade de me resgatar do poder do pater ou do marido que me cercaria as escolhas, a mobilidade e as possibilidades de querer e ser.-----

Mas a Liberdade não foi generosa só comigo. Foi generosa para nós, Portugueses.-----

Em 1975, a Liberdade teve a capacidade de mobilizar, nas eleições para a Assembleia Constituinte, mais de 90% dos eleitores - 5,7 milhões de votantes para um total de 6,2 milhões de inscritos. Todos estavam sedentos de participação e com o empenho de todos os cidadãos, maiores de 18 anos que tinham, pela primeira vez, a possibilidade de escolher livremente o seu destino foi dado um exemplo de civismo que nos orgulha. Para três gerações (avós, pais e netos) esta foi a primeira vez que votaram; tinham esperado uma vida inteira por essa oportunidade.-----

Foi um país inteiro a descobrir-se a si próprio! Graças à generosidade da Liberdade: O voto torna-se arma de um povo.-----
Portugal foi um exemplo de desenvolvimento e de avanços em todos os campos. Cresceu e hoje aparentemente tem dores de crescimento. Importa reter que quando falamos de países, falamos de pessoas. A vida e o futuro dum país não é um negócio!-----
O fado voltou a cantar-se “Este parte, aquele parte e todos, todos se vão.”-----
Os últimos tempos em Portugal têm sido marcados por uma instabilidade e mudança crescentes. Os portugueses têm visto os seus direitos questionados, um serviço público cada vez mais enfraquecido e uma diminuição clara da sua qualidade de vida, situações de dificuldade e de pobreza, de desemprego.-----
Este contexto tem contribuído para acentuar o descrédito e a desconfiança na classe política, nas instituições democráticas e na própria democracia.-----
São fundamentais ideias novas, ideias de futuro, alternativas. Há sempre alternativas.-----
Em liberdade não há inevitabilidades. Em liberdade, o princípio da dignidade da pessoa humana é cumeiro.-----
Em liberdade há valorização do conhecimento, da tecnologia, da ciência.-----
Em liberdade, os sacrifícios têm de basear-se numa forte consciência do social e do interesse coletivo, sem cedências ao poderio económico, interesses ou grupos.-----
Em liberdade não há resignação quanto ao desemprego jovem, nem se aceita que 8.000 estudantes do ensino superior abandonem os seus cursos ao fim do primeiro ano de matrícula por dificuldades financeiras.-----
Em liberdade não podemos pactuar com infames realidades: quando 40% dos portugueses, não consegue fazer face às despesas de saúde e quando um em cada cinco portugueses deixou de ir ao médico por problemas monetários.-----
Em liberdade existe o direito à indignação perante os 20% de portugueses que estão em risco de ser atingidos pela pobreza e quando esta pobreza é mais agravada na faixa etária das crianças e jovens, onde atinge 25,6%.-----
Em liberdade, repudiamos os atuais níveis de emigração, mais de 300.000 nos últimos anos, estatística semelhante à vivenciada na década de 60 do século passado.-----
Quer isto dizer que em liberdade a arma continua a ser o voto. E hoje celebramos aqui essa alternativa.-----
Decisões mais partilhadas e escrutinadas serão decisões mais acertadas. Uma Democracia mais participada, será uma melhor democracia.-----
E é este o repto da nossa Liberdade nesta data comemorativa: a requalificação do voto, a sua importância, contrariando o crescente afastamento do cidadão da política; dos níveis assustadores de abstenção.-----
Compete-nos a todos devolver a política aos cidadãos; abrir os partidos a uma maior participação e aproximar os eleitos dos eleitores.-----
Celebremos a atividade política como um bem, um dever e um direito, libertemo-nos da pejorativa alcunha de “eles” transformando-a em “nós”. Legisle-se no sentido de aproximar os cargos públicos de eleição dos próprios eleitores.-----
Requalifiquemos o voto e a cidadania participativa.-----
A dúvida de Maria Antónia Palla mantém-se até hoje “agora que ganhámos a liberdade o que vamos fazer com ela”.-----
Hoje aqui, confrontamos o medo e a esperança. A história e o futuro. Hoje relembramos Abril, abraçamos a Europa e contribuímos para a construção dum futuro auspicioso.-----
Hoje, contribuímos para uma nova abordagem alavancada no investimento público, em políticas públicas que aliviem a austeridade e que promovam o crescimento. Hoje celebramos Abril! Viva Abril!-----
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o representante do Partido Social Democrata, Pedro Osório.-----
----- SEIS – O SENHOR PEDRO OSÓRIO DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, uma palavra especial ao Senhor Presidente de Povolide por nos ter recebido, Ilustres Capitães de Abril, demais Entidades Civas, Religiosas e Militares, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Celebramos hoje uma das datas mais importantes da nossa nação.-----

No âmbito da nossa existência enquanto país, existem datas que se revestem de especial importância. Poucas evocam a nossa memória coletiva como o dia 25 de Abril de 1974.-----

Nessa data ainda não era nascido. Faço parte da geração de portugueses que não vivenciou o turbilhão de emoções que se associa a esta tão significativa data.-----

Cada ano que passa, cada vez mais são os que não sentiram na pele as grilhetas da Ditadura. Com o decorrer dos anos, será cada vez maior, o número daqueles que sempre viveram em liberdade, demonstração inequívoca de que a democracia perdura e se encontra completamente enraizada nos hábitos da nossa sociedade, principalmente nas novas gerações.-----

Esta é uma dificuldade que enfrentamos coletivamente: transmitir às novas gerações, o que todos nós conquistámos naquele dia.-----

A minha geração desconhece a experiência de viver sobre um regime autoritário.-----

Desconhece-o devido ao papel de um punhado de militares corajosos, que puseram fim a décadas de regime ditatorial.-----

A eles o nosso profundo e humilde agradecimento.-----

Perante as novas gerações, temos o dever cívico de realizar todas as ações de pedagogia democrática, de forma a manter a memória do que foi a ditadura.-----

A possibilidade de nos reunirmos, de nos manifestarmos, de intervirmos, de explanarmos as nossas ideias de forma livre, de os Senhores Jornalistas poderem cobrir e publicar, sem a ação do temido lápis azul, são algumas das conquistas obtidas, que damos agora por garantidas.-----

É natural que quando se nasce livre, não se consiga perceber o real valor dessa mesma liberdade. Eu que não sofri essa sensação de enclausuramento, também podia não valorizar este momento. Mas sei, que estou perante o dia que me permitiu, hoje, expressar de forma livre as minhas opiniões, realizar as minhas opções, ser o que sou, fruto unicamente das minhas decisões.-----

Encontro-me perante esta nobre Assembleia, eleita de forma livre pelo povo, simbolizando os ideais da Revolução liderada pelos Capitães de Abril, o poder nas mãos de todos os portugueses.-----

Nesta data tão nobre temos que refletir sobre o passado, com base no nosso presente, de forma a prepararmos o futuro.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Os desafios que enfrentamos são enormes. Implicam a mobilização de todos. É notória a evolução do país, da sociedade, dos portugueses. Não há paralelo entre a situação vivida até esse momento histórico e a nossa atual conjuntura.-----

Desenvolveu-se a educação de forma impar, permitindo uma escola pública, para todos, de reconhecida qualidade. Desenvolveu-se o ensino pré-escolar e dispersou-se o ensino superior pelo país, garantido um justo e verdadeiro acesso a todos os jovens. Relembro que em 1970, a percentagem de portugueses com ensino superior completo, representava pouco mais de meio por cento da população, enquanto que, segundo os números do último Censos, estamos atualmente acima dos doze por cento da população.-----

Implementou-se o Serviço Nacional de Saúde, de acesso livre, assente em elevados padrões de qualidade. Reconhecido internacionalmente como um dos mais desenvolvidos, estando na vanguarda em relação há maioria dos países. Instituímos um Sistema Social, que preserva e suporta o futuro dos indivíduos e que concede respostas às situações mais

diffíceis da nossa sociedade. Evidencio que a esperança de vida dos portugueses, aumentou, em média mais de 15 anos, desde 1960.-----

Percorremos um longo e árduo caminho para chegarmos aqui. Portugal é hoje um País livre e democrático, mais desenvolvido, em que as expectativas da população, são idênticas aos anseios dos cidadãos dos países mais desenvolvidos do mundo.-----

Os níveis de bem-estar são atualmente muito superiores aos que existiam em 1974, vivendo os portugueses incomparavelmente melhor. Temos um longo caminho a percorrer para atingirmos todas as marcas dos nossos parceiros europeus, mas não podemos omitir que carregamos um atraso de várias décadas, em virtude do regime que vivemos.-----

Temos que continuar insatisfeitos. Faz parte da nossa essência. Faz nos bem, porque nos obriga a lutar, a melhorar, a pretender as melhores soluções, ambicionando um país cada vez melhor, onde os nossos pais, filhos e netos vivam cada vez com mais qualidade.-----

Minhas Senhores e Meus Senhores, Enfrentamos atualmente grandes desafios em relação ao futuro coletivo, que não se esgotam na nossa vertente económica/financeira.-----

Enquanto houver pessoas a viver situações de extrema dificuldade económica, enquanto houver portugueses sem acesso aos cuidados de saúde, enquanto alguém não tenha acesso à educação, é óbvio que não podemos estar descansados.-----

Ainda simplifico mais: enquanto houver um cidadão sem trabalho, existirá obrigatoriamente inquietação, uma responsabilidade para todos os políticos, na procura da solução para esta chaga social.-----

O combate ao desemprego tem de ser a prioridade de todos os responsáveis políticos do nosso país.-----

Devemos olhar de forma diferente para as potencialidades que são reconhecidas ao nosso território e às nossas gentes, seja na real valorização do património histórico e cultural, seja no domínio das florestas e do mar, seja no domínio tecnológico e da investigação.-----

Temos a incumbência de valorizar o principal ativo do nosso país, que são hoje, as gerações mais jovens. Estas dispõem de um conhecimento acumulado nunca antes alcançado. Dispomos de jovens que são referências em quase todas as áreas: do desporto à investigação, da ciência à área económica. Foi claramente um investimento público, que deu os seus frutos e que tem que ser corretamente aproveitado.-----

A nossa diferenciação internacional depende em muito do aproveitamento destes jovens, devendo a nossa aposta na inovação e na ciência assentar neste investimento decisivo.-----

Ao celebrarmos os quarenta e um anos do 25 de Abril, podemos afirmar de forma segura, que Portugal tem hoje uma democracia forte e consolidada, assente num Estado de Direito e nas liberdades cívicas.-----

Apesar deste compromisso com a liberdade e com a democracia, existe um crescente sentimento de insatisfação com o funcionamento do nosso sistema político.-----

Devemos assumir de forma clara o combate à corrupção.-----

A política só poderá recuperar a sua credibilidade, quando demonstrar de forma clara esta prioridade.-----

É fundamental que o interesse público esteja sempre acima do interesse privado e pessoal. Os portugueses assim o exigem.-----

Mas sejamos realistas. Este combate não se faz com discursos populistas, de ações e atitudes que desrespeitem os nossos princípios fundamentais.-----

A demagogia e a ânsia de popularidade efémera nunca permitirão um combate eficaz à corrupção. Apenas contribuem para o incremento do sentimento de descrédito, relativamente a todas as ações em curso para combater esta problemática.-----

O combate à corrupção deve ser uma prioridade, um desígnio nacional, de modo a eliminar o clima generalizado de suspeição, que mina a confiança nos atores políticos e nas Instituições Democráticas.-----

A aprovação da legislação sobre a criminalização do enriquecimento ilícito e não justificado é uma obrigação ética e de cidadania, bem como a responsabilização civil e

criminal, dos decisores públicos que assumam compromissos ruinosos para o Interesse Público, em proveito próprio e de terceiros.-----

A defesa dos interesses da nação, aconselha a que tudo seja feito em prol de uma cultura de legalidade, de transparência e de prestação de contas na gestão do património público, de modo, a valorizar e dignificar a Política e acabar com o ambiente reinante de permanente suspeição.-----

O combate sem tréguas à corrupção é uma questão de decência pública, um sinal de grande respeito pelos sacrifícios feitos por todos Portugueses, e um fator determinante para credibilizar a Política e os cidadãos, que de uma forma nobre se dedicam ao governo da coisa pública.-----

É imprescindível que todos os partidos políticos façam uma reflexão profunda sobre esta temática. Deve ser serena e sem alarmismos, mas é claramente inevitável e essencial para discussão pública, de forma a assegurarmos que os nossos concidadãos se mantêm fiéis aos princípios da república.-----

Não olhar de forma séria e realista para esta problemática, só aumentará a insatisfação com o sistema político, aumentando o desinteresse dos portugueses, o que acabará por se traduzir na própria atividade política.-----

Creio profundamente que a democracia não está em risco. Mas é tempo de os partidos repensarem a sua ação e assumirem que são os principais responsáveis pela construção do nosso futuro coletivo. Nesse âmbito cabe-nos procurar novos formatos de participação cívica dos portugueses. Mas acima de tudo, cabe aos cidadãos que desempenham funções políticas, demonstrar de forma inequívoca, que são merecedores da confiança popular, que a sua ação é séria, pautada pelo respeito pelas leis e princípios éticos, que estão inerentes à atividade política.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores,-----

A agenda do debate público tem de ser aberta e plural. Não pode depender apenas da agenda dos partidos. Por isso é necessário olharmos para os sinais dos portugueses.-----

A revisão da Constituição, apesar de depender apenas dos partidos, está longe de ser um tema exclusivo da esfera partidária.-----

Há um ano, o Instituto de Ciências Sociais, em parceria com o Jornal Expresso e a Sic Notícias e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, realizou um estudo designado “As atitudes dos portugueses em relação aos 40 anos do 25 de Abril”.-----

Consultando esse relatório podemos verificar que “cerca de 40% dos inquiridos considera que a Constituição tem de ser alterada para cumprir os compromissos financeiros e outro tanto que ela está desadequada da realidade”. Apenas metade tinham opinião contrária.---

Ouvirmos atentamente o que os portugueses pensam, pode ser um bom princípio para iniciarmos este debate, sobretudo quando é sobre o texto fundamental do nosso regime democrático – a Constituição da República. Sobretudo quando estamos a comemorar 40 anos da eleição da Assembleia Constituinte, a 25 de Abril de 1975. De facto debatermos a Constituição, é a melhor homenagem que podemos prestar aos primeiros constituintes e uma excelente forma de continuar a desenvolver a nossa democracia.-----

Gostava de citar um reconhecido autor português, António Barreto. Numa das suas mais recentes entrevistas defende e cito “Uma Constituição que dê mais liberdade às gerações atuais, que lhes permita eleger os seus partidos, os seus políticos e que tenha uma maior margem de liberdade nas suas decisões. Em muitas matérias laborais, de saúde, de educação, de segurança social, de organização do Estado, funções das autarquias e justiça, a Constituição, em vez de definir as grandes estruturas e deixar o tempo e as classes preencherem os conteúdos, fixou-os. Podia ser muito limpa de todos os ónus ideológicos.”--

Devemos permitir a cada geração o direito de rever a Constituição. Não é verdade que tudo dependa da Constituição. Nem que a sua alteração seja a solução para a maior parte das nossas dificuldades. Mas a sua adequação à sociedade presente, é um imperativo político.-----

Uma nova Constituição, ou uma Constituição renovada, implica um novo sistema eleitoral, com o qual se reestabeleçam condições de confiança, de lealdade e de responsabilidade.----
Uma nova Constituição implica uma nova visão das relações entre os órgãos de soberania.-
Uma nova Constituição renovada permitirá pôr termo à permanente ameaça de governos minoritários e de Parlamentos instáveis. Uma Constituição renovada será ainda, finalmente, o ponto de partida para uma profunda reforma da Justiça portuguesa, que é atualmente uma das fontes de instabilidade para a nossa democracia.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, o 25 de Abril aconteceu há 41 anos, mas os seus princípios continuam bem vivos. A união dos portugueses na luta por um país livre, democrático e mais desenvolvido.-----

Saliento que o 25 de Abril não é património de ninguém. É herança de todos os portugueses. Não pode servir para dividir, porque a sua força foi a união de todos em volta dos princípios que se instituíram há quatro décadas.-----

Estamos perante desafios de grande dimensão, que não se colocam a nenhum partido em concreto, mas sim a toda uma nação. Se continuarmos a insistir em visões de curto prazo, olhando apenas para aquilo que nos separa, não atingiremos níveis de desenvolvimento que todos os portugueses ambicionam e merecem.-----

Os desafios que enfrentamos não são menores do que aqueles que os militares e todos os portugueses ultrapassaram há quarenta anos. Conquistada a liberdade, consolidada a democracia, continuamos a lutar por um país mais desenvolvido e mais justo.-----

É responsabilidade de todos os partidos estarem conscientes destes desafios e indicar um caminho de esperança a todos os portugueses.-----

Precisamos de devolver a esperança aos portugueses. Só assim nos conseguiremos mobilizar para os desafios que temos pela frente.-----

Viva o 25 de Abril. Muito Obrigado.-----

---- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Dr. Almeida Henriques.-----

---- **SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU:** Muito bom dia a todas e a todos. Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora Secretária e o Senhor Secretário, cumprimentar o Senhor Vice-Presidente, as Senhoras e Senhores Vereadores, queria cumprimentar com amizade o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide, o Senhor José Fernandes e na sua pessoa cumprimentar todos os cidadãos e cidadãs desta Freguesia e realçar a forte presença nesta Sessão Comemorativa, portanto, cumprimento-os com amizade, e aproveito também para cumprimentar todas as pessoas ligadas à associação de Solidariedade Social de Povolide e agradecer esta disponibilidade para podermos estar aqui. Cumprimento Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, cumprimentava também Senhor Comandante do Regime de Infantaria de nº 14, o Senhor Comandante da PSP, o Senhor Comandante da GNR que aqui estão connosco, Senhores Dirigentes dos Núcleos de Viseu da Associação 25 de Abril, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e da Liga dos Combatentes, Senhores Capitães de Abril, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Caras e Caros Concidadãos, Caros Viseenses. Saúdo “a todas e a todos” nesta comemoração tão significativa da nossa história e do nosso dever, enquanto portugueses e enquanto viseenses.-----

Queria saudar especialmente a comunidade de Povolide e felicito a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente por realizar aqui, numa freguesia de cariz rural, esta reunião comemorativa e extraordinária, e aproveito também para saudar cidadãos que vieram de Lisboa para participar nesta sessão e que me confidenciaram à entrada, o que denota que a publicitação desta iniciativa aqui nesta Freguesia os trouxe mais uma vez a visitarem o local onde têm ligações afetivas.-----

**De facto a proximidade é uma conquista indelével do Poder Local Democrático construído sob os desígnios de Abril.-----
Só poderia portanto estimular esta feliz opção!-----
Cumprimento vivamente, também, os atores da conquista da liberdade política do nosso povo que aqui estão representados.-----
A democracia e a autodeterminação de um povo são um direito conquistado, não são um direito natural.-----
São um direito que se construiu com pessoas de carne e osso, com os seus sacrifícios e também com o seu espírito solidário.-----
Há 41 anos, na noite de 24 de Abril e na madrugada do dia 25, houve mulheres e homens que se sacrificaram para que hoje fossemos cidadãos plenos e que pudéssemos exercer os nossos direitos e os nossos deveres.-----
Mulheres e Homens que romperam medos, pessoais e coletivos, que abdicaram da sua zona de conforto. Foi assim no país, e foi também assim em Viseu que teve aqui um papel determinante.-----
Entre esses homens estiveram os cinco capitães do Regimento de Infantaria de Viseu: Gostava de voltar a referir aqui, Gertrudes da Silva, Arnaldo Costeira, Aprígio Ramalho, António Ferreira do Amaral e Amândio Augusto. São cinco símbolos que já foram homenageados há um ano e que estão ligados à história do 25 de Abril e também à história da nossa Democracia.-----
Também hoje aqui lhes testemunhamos o nosso reconhecimento e destacamos o seu exemplo de entrega.-----
Caras e Caros concidadãos, Muitos hoje se perguntam se evocar Abril é apenas a repetição de um ritual anual ou o cumprimento de uma formalidade associada a uma efeméride histórica, mas distante.-----
A quem se pergunta se esta comemoração é apenas o cumprimento exterior de um ritual vazio, devemos hoje dar uma resposta positiva.-----
Uma resposta positiva que atualize os sentidos de Abril. Os sentidos de democratização e também do desenvolvimento.-----
Que o 25 de Abril é um símbolo, todos o sabemos.-----
Mas Abril tem de ser um símbolo vivo, forte e atual.-----
Um símbolo que se renova e que chega às pessoas, designadamente às gerações mais novas que não viveram esta efeméride.-----
Um símbolo com uma mensagem atual e compreensível para as gerações que construíram estes 41 anos e para as novas gerações que efetivamente não o viveram.-----
O Poder Local Democrático, conquista de Abril e da sua Constituição, tem também aqui uma especial responsabilidade.-----
Uma responsabilidade que nos cabe a todos interpretar e exercer, com sentido positivo e também com sentido construtivo.-----
A força e o futuro do símbolo de Abril está nas pessoas e está exatamente no “país real”.---
Está neste gesto que hoje aqui realizamos e que se propaga em praticamente todas as cidades e vilas de Portugal.-----
Caras e Caros concidadãos, as revoluções têm na injustiça e na insatisfação as suas matérias combustíveis.-----
Lemos em todos os manuais de Política e de Ciência que um sistema, quando não encontra dentro de si as respostas para os problemas que enfrenta, é substituído.-----
“Abril” não foi diferente.-----
A revolução foi alimentada por um regime em desagregação e incapaz de se reformar, de responder aos anseios da população do seu tempo.-----
Anseios políticos, anseios de justiça, anseios sociais, anseios económicos, anseios culturais.-
A revolução fez-se com o desígnio sistematizado em “três dês”: democratizar, descolonizar, desenvolver.-----**

Era um programa de rutura: claro, popular e contemporâneo.-----
Os 41 anos de democracia e a integração europeia trouxeram-nos um desenvolvimento civilizacional, a todos os níveis excecional, e é bom ver esta perspetiva positiva do copo meio cheio. -----
É também bom lembrá-lo hoje e a contrapelo de todas as nossas tendências coletivas também para o pessimismo e para a baixa autoestima.-----
Todavia, e apesar do assinalável “progresso” histórico da nossa terceira encarnação da República, hoje, o regime range e sofre de impopularidade e de desagregação.-----
O desemprego em níveis inaceitavelmente elevados;-----
As gritantes assimetrias regionais – não apenas entre o litoral e o Interior, mas de quase todos os territórios face à região da capital;-----
O descrédito de algumas importantes instituições;-----
O sentimento de injustiça e de falta de representatividade popular;-----
Todos estes fatores do nosso tempo são ácidos corrosivos sobre a confiança no regime e sobre quem tem a responsabilidade de o reformar e defender. A começar pelas instituições e pelos Partidos que sustentam o funcionamento democrático.-----
Para que Abril renove um significado relevante na Sociedade Portuguesa é preciso atualizar os seus sentidos.-----
Isto é, eleger causas que sejam transformadoras do país real, que as pessoas reconheçam e que renovem os desígnios profundos da revolução da liberdade e da igualdade.-----
Esta renovação de Abril passa por responder aos problemas e aos desafios do nosso tempo. Reformar tornou-se uma palavra de ordem dos nossos dias, e nunca como agora fez tanto sentido.-----
Junto-lhe um outro “erre” em forma de ação: Regionalizar.-----
Regionalizar o modelo de governação e de organização do Estado é absolutamente indispensável! Tanto quanto é necessário dar força à democracia popular e às economias regionais.-----
A regionalização e a territorialização das políticas públicas é um passo inscrito (mas ainda por concretizar) na Constituição que este ano celebra 40 anos.-----
É um passo tão útil à renovação da democracia representativa, à aproximação efetiva dos eleitos aos eleitores, das políticas às suas comunidades, como um avanço na promoção de uma verdadeira política de desenvolvimento territorial do país.-----
Um modelo de representação e de participação mais eficaz precisa-se em Portugal! Um modelo que aproxime as políticas estruturantes do país real e das suas dinâmicas económicas, sociais e culturais.-----
O Poder Democrático Local, que celebra no próximo ano 40 anos, cumpriu e cumpre esse papel, mas até ao Poder Central há um fosso enorme a preencher.-----
Pergunto: estamos disponíveis para viver num país em que uma única região vive acima da média da riqueza nacional e todas as outras abaixo desse limiar?-----
Pergunto: Queremos continuar a ser o país mais centralizado da OCDE?-----
Estarão todos os outros países da União Europeia errados ao adotar o modelo de organização e desenvolvimento regional?-----
Como tenho dito, a Reforma do Estado não pode ser uma quimioterapia no território que só serve para salvar o centralismo.-----
Caras e caros Viseenses, se hoje é tão difícil para o “país real” demonstrar a absoluta prioridade de ligações rodo e ferroviárias eficientes, justas e modernas, à miopia de um Estado Centralista e anquilosado o deve. Porque efetivamente o olhar para o território é sempre visto a partir de um estado descentralizado.-----
Se hoje é tão difícil fazer valer que os investimentos da conetividade têm de olhar às regiões do Centro-Norte, responsáveis por mais de 65% por cento das exportações nacionais e que concentram 60% da população portuguesa, a essa cultura de macrocefalismo e de desperdício também se deve.-----

Este “país real” não aceita meios-anúncios, meias-verdades, meias-tintas, adiantamentos ou adiamentos e protelamentos que só descredibilizam os agentes políticos e tornam incerta a estratégia de desenvolvimento nacional.-----
Caras e Caros Concidadãos, Minhas Senhoras e Meus Senhores, o 25 de Abril não se fez para ser comemorado. Fez-se para “tornar possível o impossível”, na feliz expressão do capitão Salgueiro Maia.-----
Se o Município de Viseu tem levantado a sua voz, felizmente ao lado de outros Municípios e Cidades amigas, é para fazer valer as perceções e as aspirações do “país real” que também somos.-----
Infelizmente, nem todos pugnam por causas coletivas e positivas, e a demagogia é muitas vezes o próprio veneno da democracia.-----
A voz plural que queremos construir no país, na cidade-região, funda-se também no concelho e na nossa comunidade. Numa democracia mais aberta e mais inclusiva, numa cidadania mais viva e mais participativa.-----
O ano passado, anunciava na Sessão Comemorativa do 25 de Abril o lançamento do primeiro Orçamento Participativo de Viseu.-----
Um ano depois, está esse primeiro Orçamento Participativo concluído e já o segundo em pleno funcionamento, através de assembleias participativas locais em todas as 24 freguesias abrangidas.-----
Colocámos com esta iniciativa um novo pilar no arco da ponte que liga o governo do Município aos cidadãos.-----
Abrimos um novo canal de diálogo comunitário, sem fronteiras, e também sem preconceitos.-----
Tivemos a ousadia de, já este ano, descentralizar o Orçamento Participativo, duplicando o seu valor e privilegiando as freguesias que não a sede do concelho numa lógica de coesão territorial.-----
O que defendemos para o país, praticamos em nossa casa e também na construção da nossa Comunidade.-----
Não fosse o Poder Local Democrático uma das mais relevantes conquistas de Abril.-----
Este ciclo de governação do nosso Concelho é marcado por um modelo de governação aberto, colaborativo e em rede.-----
A prática sistémica de consulta pública dos documentos de política local é hoje um marco na gestão municipal. E vai continuar seguramente a sê-lo.-----
Tal como o é o respeito pelo estatuto da Oposição. Respeito integral e incondicional.-----
Pela primeira vez na história do Município foi apresentado o relatório que traduz a garantia dessa atitude e também desse cumprimento.-----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Senhores Deputados da Assembleia, Caros Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores, também o programa “Viseu Local” reflete um novo quadro de parceria estratégica com as Freguesias de Viseu. Um quadro descentralizado, que privilegia a proximidade e privilegia a eficiência.-----
Ao todo, entre 2014 e 2015, as transferências financeiras para as nossas Freguesias., para além da contratação daquilo que deriva da Lei 75 ascendem a 5 milhões de euros.-----
Mas, também com a Sociedade Civil temos firmado um ambiente de cooperação estratégico e inclusivo.-----
Ao Município cabe criar as condições de contexto para a livre iniciativa dos agentes sociais, económicos e culturais, apoiando e respondendo a necessidades por satisfazer.-----
É assim na Solidariedade, no Desporto e na Cultura.-----
A transparência, o rigor e a pluralidade com que o temos feito não toldam a nossa vontade genuína de melhorar. Viseu precisa e Viseu merece!-----
Temo-lo feito com a consciência da necessidade de consolidar a saúde financeira do Município, preparando as bases para um novo ciclo de investimentos em que o PORTUGAL 2020 será mais exigente do que foi o QREN.-----

De acordo com o relatório de gerência camarário aprovado ainda este mês, o endividamento municipal é reduzido em 2014 em 3 milhões de euros e as reservas financeiras do município crescem no mesmo montante.-----

A sustentabilidade financeira do Município melhorou assim em 6 milhões de euros, fixando o saldo de gerência global em 24 milhões de euros.-----

Não olhamos para o cofre, mas olhamos para o futuro positivo que uma gestão séria e competente ajuda a construir.-----

Olhamos para a nova geração de investimentos que o concelho precisa e reclama.-----

Investimentos no fomento da qualidade de vida local e na nossa atratividade económica e empresarial;-----

Investimentos na revitalização e reabilitação do Centro Histórico;-----

Investimentos na solidariedade e na inclusão;-----

Investimentos na qualificação da educação e na promoção do sucesso escolar;-----

Investimentos na modernização da Câmara Municipal, tornando o nosso território mais competitivo e mais coeso.-----

Porque “Abril” foi feito também, ou mesmo sobretudo, a pensar num futuro melhor e sustentável.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Caras e Caros Viseenses, vou terminar, sublinhando que temos hoje a responsabilidade de defender “Abril”. Isto é, de interpretar os seus novos sentidos a pensar no bem comum.-----

No Município de Viseu não abrimos mão dessa consciência e também dessa responsabilidade.-----

Que todos os Poderes o façam, não adiando nem frustrando os desígnios fundadores da democracia e do desenvolvimento, é o meu voto e é também o meu apelo.-----

Termino dizendo:-----

Bem-Haja Abril! Viva Viseu! Viva Portugal!-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU:**

Excelentíssimos Senhores Capitães de Abril, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Digníssima Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Povolide e na sua pessoa cumprimentava todos os restantes Autarcas da Freguesia, assim como os Cidadãos da Freguesia de Povolide, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, cumprimentava as Forças de Segurança, também todas as Autoridades Civas e Militares, Ex-autarcas que estão aqui presentes, quer da Câmara quer da Assembleia Municipal, quer das Freguesias, Senhores Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Neste ano iniciámos as Comemorações do 25 de Abril no Regimento de Infantaria nº14 de Viseu. Quisemos de uma forma singela reconhecer aquilo que foi o papel do nosso Regimento de Infantaria no 25 de Abril de 74, bem como dos Capitães da Abril e de todos os militares que nesse dia partiram para cumprir uma Missão e a Missão foi derrubar o regime político de cariz autoritário e conservador. Fizemo-lo, entregando no Regimento um ramo simbólico de 41 cravos vermelhos, é o símbolo da Revolução, um por cada ano pós revolução acompanhado por um cartão de agradecimento subscrito pelos Órgãos Municipais. Foi uma justíssima homenagem a todos os gloriosos Capitães de Abril que nos trouxeram a Liberdade, a Democracia, mas também para enaltecer aquilo que já o Senhor Presidente da Câmara tem referido, a boa relação existente entre todos os Órgãos Municipais e o Regimento de Infantaria nº 14 e da importância que tem para o concelho o nosso Regimento. O 25 de Abril é uma efeméride que marcou a nossa memória coletiva que devemos preservar e também legar às gerações futuras. 25 de Abril, data da Revolução de 74, 25 de Abril data das primeiras eleições livres e democráticas em 75, 25 de Abril data da entrada em vigor de um documento importantíssimo que é a Constituição da República Portuguesa em 76. Portugal mudou profundamente nos últimos 41 anos,

conquistámos a Liberdade e a Democracia, construímos um Estado de Direito Democrático, temos hoje um país livre e democrático, uma sociedade que está mais desenvolvida e com justiça social, temos no fundo um país que está irreconhecível. As nossas aldeias, vilas e cidades, têm hoje saneamento básico, têm hoje abastecimento de água, têm uma melhor rede viária, construíram-se novos equipamentos sociais, aqui um bom exemplo, creches, jardins-de-infância, construíram-se escolas, centros sociais, centros de dia, lares, e todos, temos que dizer, com qualidade e bem equipados. Mas, este processo de modernização económica, social, cultural e de melhoria da qualidade de vida e bem-estar das nossas populações, contribui para ele decisivamente, o Poder Local Democrático que pôs fim aquilo que era o municipalismo corporativo.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, uma das principais conquistas de Abril foi a consolidação do estado social, uma conquista que é civilizacional e social decisiva. Temos hoje a democratização e massificação do ensino público, temos, como já foi também referido, um Serviço Nacional de Saúde ao nível ao nível do que melhor existe nos países mais desenvolvidos e temos também uma Segurança Social Pública. O estado social tem que continuar a ser uma prioridade do país, é o nosso grande desafio e por isso temos que encontrar soluções que sejam socialmente justas, económica e financeiramente viáveis. A sustentabilidade do estado social é o maior desafio que temos como sociedade e por isso, debater a sua sustentabilidade com sentido de responsabilidade é uma função séria e um modo também de defender esse próprio estado social. O estado social é essencial para se poder atingir aquilo que seja uma sociedade mais justa, mais fraterna e também mais solidária. Uma sociedade com igualdade de oportunidades que foi também um sonho dos militares que fizeram a revolução e que deve manter-se viva, uma sociedade com igualdade de oportunidades. Mas, passados 41 anos de Abril, temos que reconhecer que em muitas matérias, em questões que são também cruciais para o nosso futuro coletivo, não conseguimos atingir os objetivos de Abril. Faltou vontade política, faltaram consensos alargados, houve disputas e temos que dizer, muitas vezes lutas políticas e partidárias inúteis, houve até protagonismos saloios, anos perdidos com retóricas inúteis, ambições pessoais que se sobrepuseram ao interesse coletivo, mesmo aquele momento que parecia o tal exemplo que precisávamos, o apelo institucionalmente mais relevante após o 25 de Abril, que foi protagonizado pelos antigos Presidentes da República, General Ramalho Eanes, Dr. Mário Soares e o Dr. Jorge Sampaio, na célebre Cerimónia Comemorativa do 37º Aniversário de Abril, desmoronou-se, mas, o objetivo era nobre e penso fundamental para o futuro do país. Como referia então o Senhor Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco e Silva e passo a citar “quatro homens com percursos muito diferentes com trajetórias de vida e visões de mundos distintos juntaram-se no dia de hoje para falar aos portugueses, para transmitirem ao país a mensagem política que a gravidade do momento exigia”. Essa mensagem é muito clara e passo a citar “para lá de tudo que nos possa separar enquanto cidadãos livres, existe um compromisso patriótico de unidade que deve juntar os portugueses, podemos ter ideias diferentes, conceções distintas, mas temos de nos unir quanto ao essencial, e o essencial é Portugal e o seu futuro”. Caras e Caros Cidadãos, entendemos que é essencial para o futuro de Portugal atingirem-se grandes consensos nacionais nos seguintes domínios: Na reforma do estado, incluindo aqui a reforma da administração pública. Há necessidade de continuar a reforma do aparelho do estado, precisamos de ministérios cada vez menos pesados, abolição de entidades inúteis, e diminuição de cargos. Devemos discutir todos, o papel do estado enquanto estado regulador, moderador, supervisor, mas também estado prestador. Para nós o estado não se esgota nas funções de soberania, o estado tem de cuidar do bem-estar da população, o tal estado social e promover o desenvolvimento. Deve ser dada prioridade absoluta à descentralização administrativa conforme aqui e muito bem referiu o Senhor Presidente da Câmara, a uma harmoniosa desconcentração dos serviços públicos e ao incremento da autonomia municipal. Precisamos de um estado forte, bem gerido, que cumpra com

eficiência todas as funções, mas também precisamos de uma administração pública isenta, moderna e eficiente, feita ao serviço da sociedade e cuja reforma deve ser sempre feita com os funcionários públicos que são os principais agentes da mudança.-----

Minhas Senhoras e Meus Senhores, nenhum país progride sem um aparelho de estado eficiente, mas precisamos também de termos a promoção da natalidade. A quebra da natalidade é talvez hoje o principal problema com que nos debatemos no país, que necessita de uma resposta política urgente, há necessidade de se implementar uma estratégia de promoção da natalidade com base num compromisso social e político que tem que ter um horizonte de várias legislaturas. Aproveito aqui para fazer um reconhecimento público ao Senhor Presidente da Câmara e também a todo o Executivo pelas decisões que já tomaram neste domínio. Outra reforma necessária e que às vezes julgamos que é menos importante, é a reforma do sistema político, incluindo a reforma do sistema eleitoral. A maioria dos cidadãos não se sente representado pelos seus Deputados que elegeram. Há necessidade de uma maior ligação com os eleitores. Os Deputados devem ter, também eles, uma maior autonomia em relação às direções partidárias e grupos parlamentares, mas também a redução do número de Deputados deve ser analisada. Mas se há também outra situação e que também já foi aqui referida pelo Senhor Presidente da Câmara que é essencial para a nossa região e país é a coesão económica e social do país. Tem de haver apoios estratégicos e também medidas de discriminação positivas para que permitam fixar pessoas e empresas e combater o flagelo do desemprego no interior. Temos todos que assumir, que investir no interior, é investir no futuro, é de interesse nacional. A tomada de decisão tem de estar sempre mais próxima dos cidadãos, é preciso acabar com aquilo que é o modelo centralista da organização administrativa do território, e precisamos de começar a pensar de uma forma correta naquilo que é o modelo de Regionalização. Não o modelo que foi apresentado, mas um modelo que seja um grande consenso alargado. Deve haver um grande consenso também na área que aqui já foi referida no combate à corrupção. A corrupção mina a confiança nos agentes políticos e nas instituições democráticas. A corrupção deve ser prevenida, combatida, investigada e punida exemplarmente e ser sancionada pela opinião pública. Como foi também já referido, mas reforço, o combate à corrupção é um sinal de grande respeito pelos sacrifícios dos portugueses. É uma questão que poderemos considerar de decência pública e também uma obrigação de todos, é uma obrigação ética e de cidadania.-----

Caros cidadãos, passados 41 anos, o sonho de Abril ainda não está concretizado, precisamos de uma sociedade mais coesa, uma sociedade que tem que ser mais unida, mais solidária e fraterna, mas também uma sociedade que tem que ser mais exigente e mais responsável, uma sociedade que exija elevados padrões éticos de honestidade, uma sociedade mais exigente em relação à gestão do seu próprio património que deve ser sempre gerido com inteligência e seriedade em que haja uma maior participação cívica, em que o escrutínio seja mais rigoroso, em que haja da parte de todos um maior sentido crítico e que se aposte verdadeiramente numa cidadania informada, ativa e participativa.--

Caros concidadãos, perante os relatos abomináveis de abusos, maus tratos físicos e psicológicos de negligência e mortes de crianças, de casos de violência doméstica e mortes de mulheres e idosos, não basta a denúncia, não basta a condenação pública e judicial, não basta exigir apuramento de responsabilidades a nível dos serviços públicos se houver negligência, erro ou falta de recursos. Temos que nos questionar todos, como é possível? Que sociedade estamos todos a construir? Que valores estamos a transmitir? O Estado não pode ser a única solução para esses problemas. Melhores serviços, melhores intervenções, melhores respostas, sim. Mas uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva, é uma obra coletiva, é um desígnio e responsabilidade coletiva, é uma obrigação de todos, sociedade em geral, cidadãos e também do estado, uma sociedade em que a família tem voltar a ser o elemento central, a família é uma escola de humanização e sociabilidade, de fomento das relações familiares e ajuda intergeracional, a família tem de estar no centro da decisão

política e das prioridades.-----
Minhas Senhoras e Meus Senhores, a política são escolhas, não são diagnósticos e os problemas não podem ser adiados, têm de ser corajosamente encarados. A política também não é uma ciência exata, implica ouvir dialogar, discutir ideias na procura de soluções para os problemas da sociedade e também, para dar respostas aos anseios e expectativas das populações. Como referiu António Vitorino, “a política já não pode ser a arte do possível, mas tem de ser a arte de tornar possível” e tem de haver resposta aos reais problemas dos cidadãos, sem demagogia, sem varinhas mágicas e promessas não viáveis. Como alguém disse, a verdade gera confiança, a ilusão é fonte de descrença. Agora que concluímos o programa de assistência, abriu-se um novo ciclo de crescimento económico e criação de emprego em que os portugueses devem ter legítimas expectativas de melhorar a sua vida e a dos seus filhos, e os reais problemas dos cidadãos entre outros são, conseguir emprego e ter segurança na continuação de emprego, ter uma resposta adequada no sistema de saúde quando precisar, uma educação de qualidade que prepare os seus filhos para o futuro, uma justiça eficaz e célere, confiança no sistema de segurança social que lhe permita ter uma velhice com dignidade e bem-estar e sem problemas.-----
Minhas Senhoras e Meus Senhores, Abril exige também uma nova atitude da classe política que crie confiança na capacidade do sistema político para resolver os principais problemas da sociedade. Todos temos consciência e penso que já foi aqui também reforçado, do ambiente político e social, de grande indiferença cívica, de ambientes de suspeição e descrença nas instituições e também com sinais preocupantes da perda da respeitabilidade devida aos mais altos representantes do estado, e muitas vezes é a própria classe política a não respeitar os mais altos representantes do estado, por isso, é obrigação da classe política a prevenção também da suspeita, introduzindo também ela, transparência na sua ação pessoal e política, mas precisamos também de combater os populismos fáceis, a crítica sistemática à classe política sem nunca se apresentar dados ou qualquer outra alternativa política minimamente credível.-----
Minhas Senhoras e Meus Senhores, o desenvolvimento económico sem justiça social é uma imoralidade, e justiça social sem base económica sólida uma utopia, por isso, a consolidação das contas públicas tem também que ser realizada com grande sensibilidade e consciência social, assegurando a todos os portugueses uma existência condigna. Temos de ter confiança e esperança no futuro. Dependemos de nós, da nossa capacidade para melhorar e inovar para podermos ultrapassar as dificuldades com inteligência e determinação, sem lamentações e negativismos. Confiamos também que as lideranças políticas têm sentido de missão e de estado, determinação e convicção para saber optar pelas decisões que sejam melhores para o país e para os portugueses em detrimento daquilo que são decisões mais fáceis e mais populares. O 25 de Abril tem de continuar a ser um ideal para as gerações vindouras, Portugal tem de ser um país em que os jovens têm de ter esperança e em que os idosos têm que se sentir acarinhados, um país livre, democrático, prestigiado e integrado de pleno direito na União Europeia. Uma nação tem que ser uma nação independente e que é uma nação independente respeitada e orgulhosa da sua história secular.-----
Viva Portugal, Viva o 25 de Abril, Viva Viseu.-----
Muito obrigado.-----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Estão encerrados os trabalhos, gostaria aqui de agradecer mais uma vez a presença de todos e convidá-los, e penso que em nome do Senhor Presidente da Junta e também do Senhor Presidente da Câmara, convidá-los todos para um almoço, em nome das duas entidades se me permitem, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Junta, convidá-los para um almoço convívio que iremos ter na Associação Recreativa e Social de Povolide.-----
A todos muito obrigado pela presença e mais uma vez, vamos até ao nosso convívio que vamos ter a seguir.-----



O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às onze horas e cinquenta e sete minutos e do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)